

NEWSLETTER
Informação Fiscal, Contabilística e Societária

Edição: Agosto 2007

1- MENSAGEM DA DIRECÇÃO

A Carta Europeia das Pequenas e Médias Empresas, aprovada na cimeira da U.E. de Lisboa, assume claramente que as pequenas e médias empresas são a espinha dorsal da economia portuguesa, constituindo uma parte significativa do emprego e um terreno fértil para o surgimento de ideias empreendedoras e conclui que «as diligências da Europa para embarcar na nova economia apenas poderão ter sucesso se esta tipologia de empresas figurar no topo da agenda política».

Todavia, é conhecido o exemplo clássico de que aquilo que vemos (ou se diz) e nos parece evidente pode não corresponder à realidade.

Isto para afirmar-se que tais propósitos, comungados por todos nós, não passaram do papel ou das palavras proferidas em calorosos discursos.

Num ano em que Portugal assume, provavelmente pela última vez, a Presidência da União Europeia era importante fazer do empreendimento e do reconhecimento da importância das novas empresas um desígnio nacional.

Estudos e programas de medidas concretas já foram elaborados.

É preciso agir com eficácia e prontidão. Portugal e os portugueses agradecem.

Um bom regresso ao trabalho.

Com estima,

Paulo Anjos

2- ALTERAÇÃO AO CÓDIGO DE IMPOSTO DE SELO

Alterou o Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro, no sentido de dispensar os beneficiários isentos de participar à administração tributária as doações que tenham por objecto dinheiro ou outros valores monetários.

Os beneficiários de doações isentos (cônjuge, descendentes e ascendentes) deixam de ser obrigados a participar à administração fiscal as doações de valores monetários, ainda que objecto de depósito em contas bancárias, independentemente do valor. Os beneficiários de doações de bens cuja relação não é obrigatória ficam dispensados de efectuar a respectiva participação. As alterações referidas entraram em vigor no dia 2 de Agosto.

3- TRIBUNAL IMPEDE LEVANTAMENTO DE SIGILO BANCÁRIO

O Tribunal Constitucional (TC) considerou inconstitucional a norma que permitiria à Administração Fiscal, mediante o cumprimento de determinados procedimentos, levantar o sigilo bancário sem o consentimento do contribuinte, nas situações em que este procedesse a reclamação graciosa junto das entidades administrativas fiscais, ou à impugnação judicial.

A norma em causa, que altera dois artigos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), está contida no diploma que altera a Lei Geral Tributária, o CPPT e o Regime Geral das Infrações Tributárias, e que foi recentemente aprovado pelo Parlamento. O Presidente da República requereu a sua fiscalização preventiva da inconstitucionalidade, e enviou este diploma para o Tribunal Constitucional.

Este Tribunal considerou esta norma inconstitucional por entender que viola, nomeadamente, os princípios constitucionais da proporcionalidade, do acesso ao direito e aos tribunais, da reserva de

intimidade da vida privada, e do direito dos cidadãos impugnarem quaisquer actos administrativos que os lesem. Assim, este órgão jurisdicional entende que esta alteração legislativa «não garante um procedimento e um processo justos no que diz respeito às condições de derrogação do sigilo bancário» e «...coloca o cidadão-contribuinte perante um dilema constitucionalmente inaceitável: ou corre o risco forte de perder a reserva sobre a sua privacidade, ou perde um instrumento importante de defesa dos seus direitos e interesses.».

Actual regime das derrogações do sigilo bancário

Actualmente, a lei já permite que a Administração Fiscal aceda directamente à informação protegida pelo segredo bancário, ou seja, sem precisar de autorização judicial prévia nem do consentimento do contribuinte. No entanto, para que este acesso seja possível, têm de estar preenchidos determinados requisitos e asseguradas algumas garantias ao contribuinte.

Assim, a **Administração tributária pode aceder a informações protegidas pelo segredo bancário, sem ter de obter o consentimento do contribuinte visado, nem uma decisão judicial nesse sentido:** quando existam indícios da prática de crime em matéria tributária ou factos concretamente identificados, indiciadores da falta de veracidade do declarado; após recusa de exibição ou de autorização para consulta, e após audiência prévia do contribuinte quando:

- se trate de documentos de suporte de registos contabilísticos dos sujeitos passivos de IRS e IRC que se encontrem sujeitos a contabilidade organizada;
- o contribuinte usufrua de Benefícios Fiscais ou de regimes fiscais privilegiados, havendo necessidade de controlar os respectivos pressupostos e apenas para esse efeito;
- se verificar a impossibilidade de comprovação e qualificação directa e exacta da matéria tributável, e, em geral, quando estejam verificados os pressupostos para o recurso a uma avaliação indirecta;
- se verificar a existência de uma divergência não justificada de, pelo menos, um terço, entre os rendimentos declarados e o acréscimo de património ou o consumo evidenciados pelo sujeito passivo no mesmo período de tributação, ou os rendimentos declarados em sede de IRS se afastarem significativamente, para menos, sem razão justificada, dos padrões de rendimento que razoavelmente possam permitir as manifestações de riqueza evidenciadas pelo sujeito passivo;
- seja necessário, para fins fiscais, comprovar a aplicação de subsídios públicos de qualquer natureza.

Nestes últimos três casos, a Administração fiscal não pode aceder às informações prestadas pelo contribuinte, e que justificaram o recurso ao crédito.

Quando for colocado perante uma situação destas, em que a Administração fiscal acede às **informações protegidas pelo segredo bancário, o contribuinte pode apresentar um recurso perante os tribunais da decisão da Administração fiscal, através do meio processual urgente.** Embora não suspenda a actuação da Administração fiscal em todos os casos, se o contribuinte ganhar o recurso, impossibilita o Fisco de utilizar os elementos de prova entretanto obtidos contra o contribuinte.

4 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA

A conjuntura económica encontra-se cada vez mais marcada pelos receios em relação a uma possível degradação nas condições globais ao nível da liquidez. Por um lado, a insistência nos riscos de inflação e a conseqüente postura agressiva dos principais Bancos Centrais têm conduzido a taxas de juro de mercado mais elevadas, com um impacto negativo já bem visível no crescimento das componentes mais líquidas da Moeda, sobretudo em economias como os Estados Unidos e a Zona Euro. Por outro lado, é evidente um aumento da aversão ao risco e uma adopção de critérios de financiamento mais restritivos no sector privado, com um impacto negativo na liquidez e, eventualmente, na actividade económica real, na sequência do que se denominou “crise dos *sub-prime mortgage loans* nos Estados Unidos” e que rapidamente se propagou a nível global.

Em suma, a liquidez e o crédito deverão continuar disponíveis, mas tenderão a ser disponibilizados com uma maior cautela e com critérios mais restritivos.